

## **ANEXO F**

### **EDUCAÇÃO INDÍGENA**

#### **I - LIVROS E ARTIGOS**

1. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

2. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias. Brasília: MEC e Unesco, 2006.

Não adquirido/disponível online

[http://portal.mec.gov.br/?option=com\\_content&view=article&id=12814&Itemid=872](http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872)

3. LOPES DA SILVA, Aracy e LEAL FERREIRA, Mariana Kawall (org.). Antropologia, História e Educação – a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, Mari/USP e Fapesp, 2001.

CRE Mário Covas

#### **II - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS**

1. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais para formação de professores indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>

2. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

[http://www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu\\_escolar/ml\\_07.pdf](http://www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu_escolar/ml_07.pdf)

3. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Formação Magistério Indígena: um caminho do meio; da proposta à interação. São Paulo, SP: SE/FEUSP/FAFE, 2003.

#### **III – LEGISLAÇÃO**

1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988 (Artigos 20, 22, 49, 109, 129, 176, 210, 215 e 231).

2. LEI FEDERAL Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Artigos 26, 32, 78 e 79).

3. DECRETO FEDERAL Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais. (Artigos 26 a 31).

4. DECRETO FEDERAL Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009 - Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etno educacionais, e dá outras providências

5. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 - Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências (anexo o Parecer CNE/CEB nº 14/99)

6. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 13/12)